


2022  
SETEMBRO  
Nº 03

## textual

Foto: Marcos Correa / Palácio do Planalto



## Populismo de direita, nacionalismo econômico e o oceano que separa Orbán e Bolsonaro

Na mídia, uma narrativa recorrente conecta a presente crise das democracias liberais à onda populista global. Mas ainda há muitas simplificações que escondem uma realidade mais complexa.

Pedro Perfeito da Silva  
Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

A deterioração econômica resultante da crise financeira de 2007-2008 abriu caminho para um cenário de instabilidade nas democracias ocidentais. Nos Estados Unidos, epicentro da crise, movimentos de contestação à esquerda e à direita, como *Occupy Wall Street* e *Tea Party*, colocaram em xeque as cúpulas democrata e republicana, alimentando as candidaturas presidenciais de Bernie Sanders e Donald Trump, respectivamente. Na Europa, tanto a centro-direita quanto a social-democracia têm se mostrado incapazes de responder a desafios como os protestos contra austeridade, o triunfo do Brexit e a emergência de regimes iliberais. Mesmo na América Latina, o processo de inclusão social que se seguiu à chamada Maré Rosa foi abreviado por golpes parlamentares e pelo recrudescimento da violência política, aprofundando tensões sociais preexistentes.

Na cobertura jornalística, uma narrativa frequente conecta a presente crise das democracias liberais à emergência de uma onda populista global. Ainda que o recurso a palavras-chave facilite a compreensão de eventos complexos, há o risco de uma gra-

Há o risco de se perder poder descritivo a partir da transposição acrítica de situações externas e incorrer em falsos paralelismos.

dual perda de clareza acerca do tema em discussão, introduzindo ainda mais confusão no debate público. No caso do populismo, chama atenção que tal termo sirva como ponto de partida para a análise de projetos políticos distintos e, em certa medida, opostos, abarcando lideranças como Boris Johnson, Hugo Chávez, Pablo Iglesias e Bepe Grillo.

Com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, o debate sobre populismo ganhou força no contexto brasileiro. Por um lado, a análise do bolsonarismo como parte de uma onda populista permite lançar mão da experiência global para antecipar movimentos de um governo tido como imprevisível. Além disso, evita-se a armadilha de tratar um país dependente como o Brasil de forma descolada de fenômenos globais. Por outro lado, corre-se o risco de perder poder descritivo a partir da transposição acrítica de situações externas sem a devida mediação. De certa forma, tal equívoco foi frequente na análise dos governos petistas, muitas vezes tratados como equivalentes brasileiros de experiências como o chavismo, o castrismo, e a social-democracia europeia.

Quando se analisa o governo Bolsonaro, uma comparação recorrente se dá com o projeto liderado por Viktor Orbán na Hungria. Entre as diversas semelhanças, destacam-se aspectos como o ataque às universidades, a tentativa de cercear a liberdade de

Foto: Victor Soares / Agência Brasil





imprensa, e a retórica agressiva contra opositores e minorias. Tal paralelo também se baseia no comportamento da família Bolsonaro, a qual tem enfatizado a proximidade com o governo húngaro em visitas oficiais e referências elogiosas. Por outro lado, é preciso notar que a cobertura jornalística devota pouca atenção à avalia-

Foto: European People's Party / Flickr



ção das políticas econômica, externa e social do governo Orbán, deixando incompleta a análise comparada das experiências em questão.

Com o intuito de aprofundar esse debate, o presente ensaio discute até que ponto Viktor Orbán e Jair Bolsonaro

perseguem agendas equivalentes. Nesse sentido, parte-se da avaliação de ambos liderarem projetos populistas de direita que buscam subverter os freios e contrapesos da democracia liberal, com o intuito de atender aos interesses de setores-chave do empresariado doméstico. Todavia, dado que tais segmentos empresariais enfrentam desafios estruturais distintos, argumenta-se que o governo Orbán adota um programa baseado no nacionalismo econômico, afastando-se do neoliberalismo radical, que permeia as iniciativas bolsonaristas.

Além desta breve introdução, o presente ensaio se organiza em torno de quatro partes fundamentais. A primeira seção apresenta o conceito de populismo e seus respectivos subtipos, enfatizando a heterogeneidade dos projetos populistas e sua relação

Ambos lideram projetos populistas de direita que buscam subverter os freios e contrapesos da democracia liberal.

com os grupos sociais que os apoiam. Após isso, a segunda seção traça um panorama da experiência liderada por Viktor Orbán na Hungria, discutindo aspectos como ideologia e base social, bem como medidas tomadas nas esferas política, econômica, social, e internacional. A terceira seção aprofunda a comparação com o governo Jair Bolsonaro. A quarta seção expõe considerações finais com foco no horizonte de longo prazo de ambos os projetos.

### **Populismo: conceito, tipos e implicações de política<sup>1</sup>**

Debates acerca do tema do populismo tendem a enfrentar dois riscos imediatos. O primeiro deles implica no uso do termo como mero xingamento, capaz de designar qualquer projeto político que desvie das preferências do analista em questão. Tal expediente é frequente na cobertura jornalística de propostas econômicas progressistas, lançando mão do adjetivo populista para denotar irresponsabilidade ou inviabilidade.

Foto: ENEAS / Creative Commons



A segunda armadilha, por sua vez, decorre da existência de diferentes definições para o mesmo termo, levando a uma perda do poder descritivo do conceito em questão. Por exemplo, especialmente no caso latino-americano, é comum que se trate o populismo como um processo histórico circunscrito a meados do século XX, caracterizado pela incorporação subordinada das massas urbanas por parte de lideranças que defendiam o uso do Estado na industrialização de economias periféricas. Outra definição prevalente na ciência política toma o populismo como um fenômeno organizacional, que se baseia em partidos com baixo grau de institucionalização, controlados de forma hierárquica por lideranças personalistas, com alta capacidade de mobilização.



Recentemente, ganhou força a chamada abordagem ideacional, a qual define populismo como uma ideologia que divide a sociedade em dois grupos homogêneos e antagônicos – a elite corrupta e o povo virtuoso – e argumenta que a política deveria ser uma expressão da vontade geral do povo. Como se trata de uma ideologia rasa, o populismo se apresenta de forma articulada com outras tradições ideológicas, variando de acordo com o contexto.

No presente ensaio, adota-se a abordagem ideacional do populismo por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, o foco na ideologia implica no tratamento do populismo como um projeto político, dando menos atenção às idiossincrasias pessoais de seus

líderes. Além disso, a abordagem ideacional oferece um caminho intuitivo para a caracterização dos diferentes tipos de populismo, comparando as distintas visões acerca da elite, do povo, e da vontade geral.

Nesse sentido, populistas de esquerda alegam representar segmentos sociais marginalizados frente a uma elite que se opõe à inclusão socioeconômica. Populistas de direita, por sua vez, afirmam defender o povo nacional

contra ameaças externas – tais como imigrantes e minorias étnicas –, que contariam com o apoio de uma elite cosmopolita.

Como consequência, a base de sustentação da esquerda populista tende a ser composta por sindicatos, movimentos sociais, e grupos excluídos, os quais demandam ações como a expansão da proteção social e o fortalecimento da democracia participativa. Ainda que mobilize diversos segmentos sociais, a base fundamental da direita populista consiste no empresariado doméstico, o qual advoga por medidas que garantam sua posição no topo da hierarquia social, bem como a competitividade na economia global. Dessa maneira, mesmo que ambos os tipos de populismo se utilizem de uma retórica antissistema, faz sentido esperar que tenham efeitos díspares sobre a distribuição de poder econômico e político.

Populistas de esquerda alegam representar segmentos sociais marginalizados frente a uma elite que se opõe à inclusão socioeconômica.



Foto: aleksandar little wolf / Freepik

À luz desse esquema teórico, cabe destacar que as políticas públicas adotadas por governos populistas também refletem a composição específica da base social dessas experiências. No caso da esquerda populista, por exemplo, o Kircherismo argentino fortaleceu negociações tripartites como forma de manter o apoio dos sindicatos urbanos; já o Movimento ao Socialismo na Bolívia estabeleceu o reconhecimento constitucional de um estado plurinacional, atendendo a uma pauta histórica do movimento indígena, sua principal base social.

Tal relação entre base social e políticas públicas é ainda mais relevante no caso da direita populista, afinal, os interesses empresariais podem se mostrar mais heterogêneos do que se observa nos segmentos populares. Nesse sentido, é possível argumentar que o conteúdo específico das demandas da elite econômica tende a variar de acordo com o setor dominante na economia nacional, o padrão de inserção internacional, e a percepção empresarial acerca da relação entre capital e trabalho. Como resultado, as ações encampadas pela direita populista podem variar do neoliberalismo radical ao nacionalismo pragmático.

Por exemplo, quando se trata de Brasil e Hungria, pode-se identificar importantes diferenças estruturais, as quais tendem a moldar os interesses empresariais e, conseqüentemente, as ações da direita populista em cada país. No caso do Brasil, é possível observar fatores como a preponderância do setor primário na pauta exportadora, a inserção internacional pela via financeira, um ciclo recente de aumento da massa salarial, e a manutenção do poder em setores-chave. Já no caso da Hungria, destacam-se aspectos como uma pauta exportadora centrada em bens industriais, um



padrão de inserção externa pela via produtiva, um processo de fragilização das organizações sindicais, e uma forte penetração do capital estrangeiro nos setores primário, bancário, e varejista.

Tendo em vista tais diferenças, a próxima seção apresenta uma análise detalhada da experiência liderada por Viktor Orbán na Hungria, desde 2010. Além de descrever a direita populista húngara a partir da abordagem ideacional, são discutidas as diferentes políticas públicas adotadas nesse contexto.

Foto: Wirestock / Freepik



**L** Populistas de direita afirmam defender o povo nacional contra ameaças externas, que contariam com o apoio de uma elite cosmopolita.

### **A direita populista na Hungria: autoritarismo e nacionalismo econômico<sup>2</sup>**

Viktor Orbán e seu partido Fidesz (União dos Jovens Democratas) estão presentes no debate político húngaro desde a queda do socialismo no final dos anos 1980. Surgido como uma organização liberal, o partido aderiu gradualmente a uma plataforma populista como forma de obter hegemonia no campo conservador. Com base nesse novo programa, e se aproveitando da percepção de perda da soberania nacional que se seguiu à crise de 2007-2008, Viktor Orbán chegou ao cargo de primeiro-ministro em 2010, tendo obtido maioria qualificada em quatro eleições consecutivas.

Em linha com a natureza polarizante do populismo, o discurso de Orbán direciona suas críticas à elite política cosmopolita, a qual teria traído a nação húngara em favor de uma gama difusa de interesses externos, que incluem multinacionais, burocratas da União Europeia, financistas, imigrantes, entre outros. Frente a essa ameaça estrangeira, Orbán e seu partido se comprometem com a defesa de uma versão restrita do povo húngaro, composto apenas por

aqueles que abraçam valores cristãos e desempenham atividades tidas como produtivas. Entre os grupos que compõem este povo virtuoso, Orbán e seu partido conferem um *status* privilegiado ao empresariado doméstico, cujo fortalecimento seria uma condição necessária para a retomada da autonomia econômica do país.

Esse sistema ideológico orienta uma série de iniciativas por parte do governo populista. No que tange às instituições políticas, por exemplo, a administração liderada por Orbán promoveu uma erosão do regime democrático, utilizando-se da maioria constitucional para diminuir a independência do Judiciário, redesenhar os distritos eleitorais, dificultar a entrada de imigrantes, e atacar a população LGBTQ+. Em linha com tal estratégia, o governo tem se utilizado de empresários aliados para tomar o controle de meios de comunicação independentes, reduzindo o alcance de reportagens e análises independentes. Da mesma forma, deu-se uma ofensiva contra as universidades, a qual incluiu o corte de recursos das instituições públicas, a nomeação de aliados políticos para os conselhos universitários, e mesmo a expulsão da Universidade Centro-Europeia.

No que diz respeito à política econômica, o governo húngaro tem imprimido uma clara orientação nacionalista. Por exemplo, Orbán estabeleceu como prioridade a retomada do controle nacional sobre o setor bancário, tomando medidas como: (I) a cobrança de um imposto extraordinário, com maior incidência sobre os maiores bancos, em sua maioria estrangeiros; (II) a imposição de uma taxa de câmbio desfavorável aos bancos estrangeiros que eram credores de hipotecas denominadas em moeda estrangeira; e (III) o financiamento de bancos privados húngaros dispostos a adquirir concorrentes estrangeiros no país.

Foto: Raphael Renter / Unsplash





Ainda na economia, o governo Orbán impôs taxas especiais sobre setores monopolizados e/ou dominados por empresas estrangeiras, tais como aviação e varejo. Além disso, houve um abandono da ortodoxia na política macroeconômica, a qual se iniciou pela reversão da independência do Banco Central e culminou recentemente no congelamento de preços fundamentais.

Com relação à política social, observa-se uma estratégia híbrida, que busca garantir o apoio da classe trabalhadora ao projeto populista, ao mesmo tempo em que inviabiliza a emergência de ações autônomas por parte de organizações populares. Nesse sentido, foi estabelecida uma política de pleno emprego, na qual o governo contrata desempregados para trabalhar em um con-



Foto: Kevglobala / VisualHunt

junto de obras públicas. Além disso, em linha com uma visão conservadora de sociedade, foram criados diversos benefícios fiscais e creditícios para famílias que se comprometessem a ter filhos, facilitando o seu acesso à casa própria. Por outro lado, o governo promoveu uma reforma regressiva da legislação trabalhista, que inclui pontos como a restrição do direito à greve, a flexibilização do pagamento de horas extras, a redução de barreiras regulatórias a demissões injustificadas, e a diminuição da cobertura dos acordos coletivos.

Por fim, cabe destacar que a política externa da Era Orbán tem se caracterizado pela relativa autonomia frente à União Europeia. Isso implicou, por exemplo, em manter distância do processo de integração à zona do Euro, preservando o controle sobre a moeda nacional. Além disso, a Hungria tem procurado fortalecer a cooperação com a China, ocupando papel de destaque no pro-

cesso de internacionalização da moeda chinesa, bem como autorizando o uso de vacinas chinesas contra a covid-19, apesar da oposição do resto do bloco europeu. A despeito das tensões oriundas do período soviético, a mesma estratégia tem se aplicado ao caso da Rússia, o que implicou em uma posição de neutralidade no conflito com a Ucrânia, com o intuito de garantir a manutenção da oferta de gás.

### Brasil e Hungria em perspectiva comparada<sup>3</sup>

Como previamente exposto, este ensaio propõe que as políticas adotadas pela direita populista variam de acordo com as pressões estruturais enfrentadas pelo empresariado de cada país. Com o propósito de ilustrar tal argumento, a presente seção coloca o Brasil de Bolsonaro e a Hungria de Orbán em perspectiva comparada, enfatizando o nexos entre interesses empresariais e diferentes opções de política pública.

Em primeiro lugar, há que se sublinhar as semelhanças ideológicas entre os dois projetos. Assim como Orbán e seu partido Fidesz, o bolsonarismo se coloca como intérprete de uma

Assim como Orbán e seu partido Fidesz, o bolsonarismo se coloca como intérprete de uma versão restrita e idealizada de povo.

versão restrita e idealizada de povo, composto por aqueles que defendem uma sociedade baseada em valores cristãos-conservadores, bem como no respeito à ordem e às hierarquias sociais. Como consequência, a direita populista brasileira exclui grupos sociais como povos indígenas, afro-brasileiros, população LGBTQ+, imigrantes latino-americanos, e integrantes de movimentos sociais e partidos de esquerda.

Tal como no caso húngaro, a direita populista brasileira também confere uma posição central ao empresariado, o qual seria responsável produzir riquezas, pagar impostos e gerar empregos. Todavia, em linha com a agenda das associações empresariais, não se coloca a competição estrangeira como principal obstáculo ao desenvolvimento, mas sim o excesso de impostos e benefícios trabalhistas, aprofundados durante os governos progressistas recentes. Além disso, refletindo uma via financeira de



integração ao mercado global e o predomínio do setor primário na pauta exportadora, há uma ênfase na necessidade de reduzir impostos, bem como flexibilizar regulações trabalhistas e ambientais como forma de atrair investidores estrangeiros e baratear as exportações brasileiras.

Tais semelhanças e diferenças trazem claras implicações no que tange a políticas públicas. Por exemplo, ainda que com menos sucesso, Bolsonaro também buscou erodir a estabilidade do regime democrático, aparelhando a Procuradoria-Geral, tensionando a relação com a Suprema Corte, e utilizando o chamado orçamento secreto para construir maioria legislativa. Da mesma forma, o governo brasileiro promoveu um forte ataque à autonomia das universidades e dos órgãos de proteção ambiental.

Por outro lado, a política econômica adotou uma forte orientação neoliberal. Nesse sentido, ao invés de seguir Orbán no compromisso com o controle nacional sobre setores estratégicos, Bolsonaro privatizou a Eletrobras e se desfez de ações e subsidiárias detidas por outras empresas estatais. Na esfera financeira, o governo de extrema-direita, ainda, se manteve distante de qualquer iniciativa nacionalista, formalizando a independência do Banco Central, fragilizando os bancos públicos, e autorizando a abertura de contas denominadas em moeda estrangeira.

Para além da política econômica, ao contrário do que se viu na Hungria, o governo Bolsonaro não apresentou nenhuma ação voltada à promoção do pleno emprego e à oferta de novos benefícios sociais, aprovando uma reforma previdenciária com impacto regressivo, vedando qualquer interlocução com organizações sindicais, e chancelando a reforma trabalhista herdada dos anos

Foto: Fernando Frazão / Agência Brasil



Temer. Até mesmo uma medida de transferência de renda, como o Auxílio-Brasil, só ganhou força por pressão da oposição e do contexto de pandemia.

As diferenças entre Orbán e Bolsonaro ficam ainda mais evidentes na esfera da política internacional. Nesse caso, em vez de uma postura de autonomia, o governo brasileiro buscou estabelecer um completo alinhamento aos Estados Unidos da Era Trump, distanciando-se tanto da China quanto do entorno sul-americano.

### Considerações finais

O presente ensaio discutiu até que ponto os governos liderados por Viktor Orbán na Hungria e Jair Bolsonaro no Brasil perseguiram agendas equivalentes. Após traçar um panorama de ambas as experiências, concluiu-se que tal comparação é, na melhor das hipóteses, imperfeita. Ainda que compartilhem projetos

Foto: Alan Santos / PR (ABr)



políticos autoritários e excludentes, tais experiências de direita populista adotaram programas econômicos opostos como forma de atender a demandas empresariais distintas. Em resumo, Orbán tomou medidas alinhadas ao nacionalismo econômico, enquanto Bolsonaro aderiu a uma versão radicalizada do neoliberalismo.

Partindo da chamada abordagem ideacional, foi possível estabelecer que a defesa dos interesses empresariais ocupa uma posição central no arcabouço ideológico do populismo de direita. Dessa maneira, a análise de governos liderados pela direita populista deve evitar uma transposição acrítica de experiências internacionais, tomando como passo analítico inicial a investigação profunda das ideias prevalentes no empresariado de cada país.



Notas

- 1. Esta seção se baseia nas contribuições de De La Torre (2014), Mudde e Kaltwasser (2013), e Zulianello (2020).
- 2. Esta seção se baseia nas contribuições de Enyedi (2016) e Silva (2021).
- 3. Esta seção se baseia em Evans (2020), Heller (2020), e Silva e Bandeira (2021).

Referências

DE LA TORRE, Carlos. (2014). **Populism in Latin American Politics**. The Many Faces of Populism: Current Perspectives. Research in Political Sociology, 22, p. 79–100.

ENYEDI, Zsolt. (2016). Paternalist Populism and Illiberal Elitism in Central Europe. **Journal of Political Ideologies**, 21(1), p. 9–25.

EVANS, Peter. (2020). **Polanyi meets Bolsonaro**: Reactionary politics and the double movement in twenty-first-century Brazil. International Sociology, 35(6), p. 674-690.

HELLER, Patrick. (2020). **The age of reaction**: Retrenchment populism in India and Brazil. International Sociology, 35(6), p. 590-609.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal. (2013). **Exclusionary vs. Inclusionary Populism**: Comparing Contemporary Europe and Latin America. Government and Opposition: An International Journal of Comparative Politics, 48(2), p. 147–174.

SILVA, Pedro Perfeito da. (2021). **Post-Neoliberalism and External Financial Liberalization**: Comparing Left-Wing and Right-Wing Populism. Government and Opposition, p. 1-21.

SILVA, Pedro Perfeito da; BANDEIRA, Julia. (2021). **The political economy of neoliberalism in Brazil**: towards a Polanyian approach. Third World Quarterly, 42(6), p. 1176-1195.

ZULIANELLO, Mattia. (2020). **Varieties of Populist Parties and Party Systems in Europe**: From State-of-the-Art to the Application of a Novel Classification Scheme to 66 Parties in 33 Countries. Government and Opposition: An International Journal of Comparative Politics, 55(2), p. 327–347.



sinprors.org.br/textual



/SinproRS



/SinproRS



/SinproRS



/SinproRS

expediente

A Revista Textual é uma publicação do Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS. Avenida João Pessoa, 919 – Porto Alegre RS – CEP 90.040-000. Fones: (51) 4009.2900 – (51) 4009.2980. [www.sinprors.org.br/textual](http://www.sinprors.org.br/textual) – [textual@sinprors.org.br](mailto:textual@sinprors.org.br). **Coordenação-Geral** | Valéria Ochôa | [valeria.ocha@sinprors.org.br](mailto:valeria.ocha@sinprors.org.br). **Edição Executiva** | César Fraga | [cesar.fraga@sinprors.org.br](mailto:cesar.fraga@sinprors.org.br). **Conselho Editorial** | Evandro Rosso, Isadora Cadore Virgolin, Josiane Abrunhosa, Marcos Fuhr, Marcos Kammer, Rodrigo Perla Martins. **Revisão** | Press Revisão. **Projeto Gráfico, Edição Gráfica e Editoração** | Rogério Nolasco Souza.